

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

SEMPROCIL: nem co-gestão nem auto-gestão só controlo operário

Publicamos a seguir uma entrevista com quatro trabalhadores da Comissão de Controlo Operário da Semprocil.

Centramos a discussão nos seguintes pontos:

- O porquê do controlo operário na empresa e não qualquer outra forma de gestão;
- As dificuldades que existem, na sociedade capitalista, para ultrapassar o mercado controlado pelos patrões.

A SEMPROCIL é uma empresa importadora de material eléctrico e construção de quadros eléctricos, onde trabalham 40 trabalhadores (18 electricistas, 23 na Oficina: serralheiros, pintores, desenhadores e empregados de armazém). É uma sociedade por quotas, com dois sócios e capital de 350 contos, criada em 1969. Os gerentes são: Renato Jorge de Silva Prieto e Manuel Pirra Xarepe (este último também latifundiário em Estreoz).

As Oficinas da empresa estão situadas na Venda Nova (Aradora) e os escritórios e armazém em Lisboa, na Rua Gomes Freire.

COMENTE - O que vos levou a fazer um controlo operário dentro da empresa?

Trabalhador A - O controlo operário na Semprocil aparece ao fim de vários meses de luta. Nós fomos contactados directamente por um agente comercial da firma Unelec (da qual somos representantes), que nos informou a situação em que a nossa empresa se encontrava perante eles. Ao fim desse

encontro houve uma reunião de urgência marcada por um dos gerentes onde nos foram dadas muitas informações - muitas delas não chegaram a ser confirmadas, nem eram verdadeiras - mas como nós naquele momento estávamos a ser enganados por eles, nós oferecemo-nos para irmos juntamente com eles (entidade patronal) às PME e ao banco pedir um empréstimo, que era necessário para o levantamento de material existente na alameda. (Cont.nas páginas Centrais)

PARA CONSTRUIRMOS A DEMOCRACIA PROLETÁRIA DESTRUAMOS AS FRONTEIRAS.

ESPAÑA: A GRANDE CAMUFLAGEM (Pág. 3, Centrais e Última)



CARON-OZANNE LUTTE CONTRE LES LICENCIEMENTS

GIRAULT | **Strittmatter** | **d'ORNANO** | **PONIA** | **GISCARD**
 Sénateur | Président de la Chambre Régionale de Commerce | Maire de Deauville | Ministre de l'Industrie et de la Recherche | PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE
 Maire de Caen | Vice-Président du Conseil Régional | Président du Comité Economique et Social

même combat



C'EST LA SEULE SOLUTION

QU'ILS CONNAISSENT

Traci réalisé par les ouvriers en greve de l'imprimerie CARON - OZANNE sur leur outil de travail

CARON-OZANNE

Luta contra os despedimentos mesmo combate

É a única solução que eles conhecem. Comunicado feito pelos trabalhadores em greve da Tipografia CARON-OZANNE na sua oficina de trabalho.

caron-ozanne - 20 maio 1976 - 3h da manhã os chuis na fábrica

250 polícias, depois de pulverizarem a porta de entrada à coronhada, entraram na tipografia e expulsaram sem consideração os trabalhadores que a ocupavam.

PORQUE

nós exigimos o arranque da tipografia
nós recusamos o desemprego

PARA garantir o nosso emprego

Durante onze meses, os trabalhadores mantiveram o seu posto de trabalho preparado para arrancar.

Depois de Blaupunkt, Vet-France, 'odling, a política "liberal avançada" de Giscard traduziu-se mais uma vez pela política da matraca.

PARA

ripostar contra a repressão crescente do poder,
impor o respeito das liberdades sindicais e democráticas,

a garantia do emprego
o reconeço do trabalho na empresa Caron-Ozanne,

a satisfação das nossas reivindicações,
avanzar na unidade e na coordenação das lutas.

Os trabalhadores da tipografia Caron-Ozanne entraram em greve, com ocupação dos locais de trabalho, a 5 de Junho do ano passado, como resposta a 48 despedimentos, que não eram senão o início de um projecto de 109 despedimentos.

Os grevistas da tipografia Caron-Ozanne publicavam um jornal "Ouest Licenciements", dedicado inteiramente ao relato das lutas desenvolvidas em França, feito pelos directamente intervenientes nas lutas, de que transcrevemos um editorial no nosso nº40 de 29/4/76.

Para todos os contactos de apoio a estes camaradas:
Hubert GRAMMARE
25, rue du Père-Sanson
14000 CAEN - FRANÇA

cortiços: unidade colectiva de produção "os pioneiros,"

Publicamos a seguir um comunicado dos trabalhadores da Cooperativa agrícola "Os Pioneiros" dos Cortiços, situada na Província de Trás-os-Montes. Esta Cooperativa formou-se com a ocupação de uma herdade que pertence ao Estado e que se encontrava sub-aproveitada. A cooperativa nasceu de várias reuniões abertas a toda a população, congregando pequenos agricultores, assalariados agrícolas e retornados (quer das ex-colónias, quer da Europa).

O Partido do garfo, o PPM, com toda a nobreza e o clero do CDS, PPD e PDC, e mais o Rei, andam terrivelmente assustados pelo exemplo de trabalho e organização dos "Pioneiros dos Cortiços"! E como já perderam a cabeça, e o Rei a "coroa", e não podendo mais conter o ódio cego que lhes tolhe a inteligência atiram-se de qualquer maneira contra os escravos que já abriram os olhos, ansiosos, desesperados, estrebuchando na vã tentativa de "abafar" e impedir o que jamais poderá ser impedido: a vitória dos explorados sobre os exploradores, a vitória do povo sobre os seus carrascos.

E vai daí, o Rei vem a terreiro, reúne a sua corte (CDS, PPD e PDC) inspira-se nos seus conselheiros, deita a mão à cabeça e dita cá para fora o seu mal contido ódio à plebe, aos servos da gleba, enfim: aos que lhe encham a pança com o seu trabalho e a sua miséria.

Aparece então à luz do astro Rei, a voz da nobreza, a voz da fina-flor da casta pura, da fina linhagem dos "sangue-azul" (CDS, PPD, PDC, PPM, o Rei!).

A crónica intitula-se: "A COOPERATIVA DOS CORTIÇOS". Nem mais!

Diz assim o Rei: "Durante o Verão passado, com o apoio de dois ou três militantes do PCP e mais alguns que conseguiu aliciar organizou-se nos Cortiços uma cooperativa que outro objectivo não tem que não seja o de constituir um centro de irradiação de propaganda comunista". Isto é o que diz o Rei, tal qual!

A estas sábias e doutíssimas palavras nós, "os Pioneiros dos Cortiços" acrescentamos: "Durante o Verão a que o Rei se refere, a gente dos Cortiços reuniu em Assembleia Popular e concordou, por maioria, que se ocupassem as terras mal aproveitadas pertencentes ao IRA. Dessa reunião saiu uma Direcção constituída por 10 trabalhadores agrícolas, entre os quais dois retornados, para administrar a Cooperativa que assim nascia. Ficou também aberta a inscrição a todos os agricultores que desejassem entrar para a Cooperativa".

Foi assim, ó Rei, e tu bem o sabes, mas o que te faz criar russas no cabelo é aquilo a que tu chamas "centro de irradiação de propaganda comunista"! Mas vê só, ó Rei, como é construtiva a propaganda comunista que nós, "Os Pioneiros", que nós já irradiámos: - Sementeira de 600 razões de trigo (cada razão tem 15 ou 20 quilos, conforme a zona), plantação de 25.000 couves-flor, 8.000 quilos de batata semeada, plantação de 700 árvores de fruto, plantação de 200

choupos, reabertura de um lagar parado havia já doze anos que serviu para todo o povo dos Cortiços, reconstrução das casas da Cooperativa que arderam no tempo do fascismo, projecto de montagem de oficina de mecânica para assistência a alfaías agrícolas, projecto de instalação de estábulos para recria de gado, projecto para abertura duma biblioteca e casa de convívio, com cinema, etc. para todo o Povo dos Cortiços, projecto de abertura de uma creche para os filhos dos trabalhadores da Aldeia, e para os velhos que já não possam trabalhar, e tantas coisas mais, ó Rei!

É esta propaganda comunista realista e autêntica, que não podes "abafar", que te assusta e te inspira ódio, não é, ó digníssima magestade! Porque tu julgavas, ó Rei, que nós nunca abriríamos os olhos e tu, e a tua nobre família (CDS, PPD, PDC, etc.) que sempre viveste do trabalho da plebe, dos escravos da terra, tremeis agora só de pensar que tereis de empunhar a enxada, em vez da espada, para cavar o "paó" que pelos tempos fora comesteis de regalo!

Trabalhar eu, ó Rei de Portugal e dos Algarves????!!!... A crónica de sua magestade continua assim: "Aquilo que era uma típica aldeia transmontana, em que todos constituíam como que uma família está hoje transformado num aglomerado de pessoas que se olham com desconfiança, senão já com ódios mal contidos e onde a confrontação pode explodir a todo o momento" - palavras do Rei! ...

Bem, nós entendemos claramente aquilo que tu, ó Rei, queres significar: já te sentes desconsiderado, ofendido na nobreza e pureza do teu "sangue-azul", só por veres os escravos da terra a levantarem a cabeça, levantando bem alto o punho da justiça, da revolta contra os fidalgos da corte (CDS, PPD, PDC). E começa a tremer e a vacilar, sentes raiva, apodera-se de ti um ódio cego que já nem podes conter, e já pensas até em confrontações! - Não estarás tu, ó Rei, a armar os teus cavaleiros (CDS, PPD, PDC e outros) para reconquistares aos Mouros (os comunistas!) o teu feudo dos Cortiços????!!! Porque, se assim não for, não haverá ódios nem confrontações na pacífica aldeia dos Cortiços!

E a camaradagem e a sincera amizade que já começa a unir (contra ti, ó Rei) os teus servos - os escravos da vida - constituirá na sua pureza a verdadeira e autêntica família trabalhadora! Porque, ó Rei, a família de que tu falas é a família dos D. Fernando, Dona Maria Charula, dos ricos, dos de sangue azul que lá do trono e das varandas davam ordens aos criados, aos escravos do trabalho e da terra. E tu tens saudades dessa família, dessa ordem, desse respeito, dessa paz d'alma e de nobre espírito!

No seguimento da sua crónica, o Rei, aconselhado pela sua corte (CDS, PPD, PDC, e mais) propõe ao Povo dos Cortiços: - Que eleja livremente por votação secreta uma Comissão encarregada da administração das propriedades, a qual abrirá inscrição entre os habitantes da aldeia que necessitem de terra para trabalhar e

que dividirá a propriedade em parcelas" - Estas tuas deliberações, ó Digníssima magestade, merecem-nos alguns reparos:

1. Um dos teus deputados às cortes, Jorge Portugal da Silveira, vendeu há tempos ao capitalista Fernando Costa, um casal sito nos Cortiços, sem atender desejos de pequenos agricultores, que te compravam o casal em parcelas, e por mais dinheiro até! - Nessa altura, ó Rei, não te importaste com os que necessitavam de terra própria para trabalhar! Preferiste que a terra fosse para os grandes, os de sangue igual ao teu! - Aos pequenos convinha mais amarrá-los como servos da gleba, trabalhando de sol a sol nas vossas herdades para vos colherdes os frutos! E come-los de regalo!

2. DIVIDIR A PROPRIEDADE EM PARCELAS????!!! Dividir em parcelas a Cooperativa dos Cortiços, já legalizada pelo VI Governo????!!! - levantar paredes e silvados nas lindas terras que me poucas horas lavramos a direito com um só tractor, onde num só dia espalhamos 100 carradas de estrume!!

Então tu, ó Rei, que lá pelos Alentejos te recreavas, com a tua nobre família (CDS, PPD, PDC e outros cavaleiros!) em altas cavalarias, por aquelas vastas herdades que transformavas em coutadas e aramados da tua corte, querias agora andar atrás dos burrinhos e dos machos a lavar as pequenas parcelas da Cooperativa dos Cortiços????!!!

Como tu desceste, ó magestade, tu e a tua nobre família (CDS, PPD, PDC). Vós que estáveis tao lá no alto que até parecia que tinheis a forquilha na garganta a impedir-vos de olhar para baixo, para os escravos da terra!

Tu não vês, ó digníssima magestade, que basta apenas o tractor da solidariedade - tractor que os nossos amigos operários nos ofereceram, para lavar em poucas horas, a direito, sem paredes e silvados, os 200 hectares da nossa Cooperativa! E ainda nos sobrarão tempo para lavar as tuas terras, as tuas quintas, o que herdaste dos teus ilustres antepassados!

Porque se não formos nós, os nossos amigos rendeiros e mais trabalhadores agrícolas, a lavar as terras da tua nobre família, não terás frutos para colher e comer de regalo!

E mais te poderíamos dizer, ó Rei, apesar de tu não gostares muito da rudeza do nosso feitio! Mas, com os calos que temos nas mãos, com o sangue vermelho que nos corre nas veias e na alma apenas te aconselhamos:

SÓ SIMPATIA NÃO BASTA! Não basta só ter sangue-azul e nobres antepassados! É preciso que desças lá do "trono" e venhas cá pr'a baixo para o terreiro do trabalho! Larga a espada e pega na enxada, ó Rei, e então, sim, verás como te ardeja o malhado!

"OS PIONEIROS" - Cortiços 23/4/76

carta de um emigrante

7 de Maio de 1976

Amigo Monteiro Cardoso:

Por intermédio do PLP tenho recebido regularmente o seu jornal, que bastante aprecio, pois, é o espelho de opiniões singelas do nosso povo simples e puro, nesta luta global contra o capitalismo, em que eu bem a compreendo por viver no fulcro dele, cujos resultados nada favorece a classe trabalhadora (do capitalismo), mas a perseverança e união dos trabalhadores virão a modificar aqueles resultados para bem de quem trabalha, de que direito merecem, visto serem eles que produzem aquilo que mais tarde se transformará em riquezas e estas apenas em benefício de meia dúzia de exploradores.

Eu, na minha qualidade de emigrante, tenho sido sempre um trabalhador, desde que cheguei ao Canadá e mais tarde aqui, tenho feito todos os trabalhos, desde limpar montras em Montreal com temperaturas frígidas abaixo de

zero, até mesmo como chefe de secção, mas claro, para esta posição nunca servi, porque eu era a favor da classe trabalhadora e fui despedido por lutar a favor dos seus reais direitos e, claro, chefes assim não têm interesses, daí exerci as mais diversas profissões quasi sempre em companhias para mim, mas a vida do emigrante é assim, especialmente em país estrangeiro, temos sempre que lutar, o que significa dizer trabalhar, se queremos manter a nossa sobrevivência e a dos nossos. Esta luta para mim já dura de há muitos anos. Agora tenho uma posição razoável, sem nunca prejudicar ninguém, e como não sou chefe estou relativamente satisfeito, e digo "relativamente" porque não sou egoísta, porque não penso só em mim, penso noutros trabalhadores que trabalham e quasi não têm direito à vida, sim, porque é o trabalhador que mais tem direito a ter um pouco de distração social, sob todos os aspectos, e esses só recebem e repressão por todas as partes. Eles por verem isso gastam fortuna (produzidas pelos trabalha-

dores) para manterem os desportos, em que o futebol (isto na Europa - aqui são outros) é o mais indicado para enganar e entreter os trabalhadores; para as mulheres, como são mais sensíveis, a melhor coisa é a religião, e como muitos trabalhadores são também enganados, acabam por abraçar ambas as armas subitas da burguesia (desporto e religião). E é aqui que reside um dos motivos principais pelos quais vários trabalhadores ainda cegamente votaram nos partidos da direita nas últimas eleições.

Mas para mim não há partidos da direita, nem extrema-direita, nem centro ou moderados, nem esquerda, nem extrema-esquerda. Para mim, só há duas coisas, ou capitalistas ou povo, e nada mais, tudo o resto é confusão da burguesia, do imperialismo. E é aquela classe que nós povo, portanto trabalhadores, temos que suprimir, como maioria temos que abafar, mas para isso é preciso união, independentemente de quaisquer tendências dos partidos políticos que gostamos, a nossa união tem de ser forte para poder corresponder à união forte do capitalismo (a união do capitalismo é clara, porque o mesmo presidente é presidente de várias companhias) o vice-presidente é presidente noutras; outros gerentes têm quotas noutras companhias; outros chefes de secção têm acções - a render - noutras companhias.

Editorial

Espanha a grande camuflagem

Com o 25 de Abril em Portugal abriu-se um vazio político que as instituições existentes não puderam preencher de imediato.

Em Espanha, hoje, as classes dominantes não querem correr esse risco. Todos são de opinião que haverá uma ruptura, o que leva certos sectores a falarem de "ruptura pactuada" ou de "ruptura violenta". Ora, o que presenciamos hoje senão a frenética tentativa por parte das classes dirigentes de prepararem as necessárias infraestruturas para esta transição? A saber: - legalização de organizações que tradicionalmente se reclamam da classe operária (partidos políticos, sindicatos); - controlo de certas organizações ainda clandestinas como as "Comisiones Obreras" e de algumas já legalizadas e burocratizadas como as Comissões de moradores.

Desde a extrema-esquerda até à direita liberal todos concordam que só estas infraestruturas poderão realizar uma transição pacífica "... para uma sociedade mais europeia e mais democrática...". As suas divergências consistem em diferentes projectos de capitalismo de Estado e cada um luta por assumir a direcção do processo.

Numa recente entrevista (17 de Abril) Ruiz Guimenez da Izquierda Democrática (partido de direita liberal) disse: "Podemos ganhar a batalha democrática sem manifestações de força nas ruas; basta uma compreensão política mínima. Não podemos permitir que haja infiltrações de provocadores que levem a confrontações com a extrema-direita. Não podemos criar pretextos para atitudes ditatoriais".

Outro dirigente considerado mais liberal, Gil Robles da "Frente Popular Democrática" diz: "Sou pela legalização de todos os partidos e organizações. As 'Comisiones Obreras' são um organismo para a luta de classes com maior ou menor influência qualquer que seja a sua tendência. Não tenho qualquer desconfiança em relação às 'Comisiones Obreras'. Entendo que se deve legalizar tudo. Em Portugal dizia-se: Salazar ou o comunismo. Salazar desapareceu e aí está o PCP".

Nesta ordem de ideias, o PSOE (Partido Socialista Obrero Español) realizou em Abril um congresso de sindicatos (UGT) em Madrid, tendo a polícia recebido ordens para não intervir. Em Agosto passado nas eleições sindicais, o Partido Comunista Espanhol, por intermédio das suas 'Comisiones Obreras' obteve mais de 80% dos votos.

Convém notar que existe uma grande diferença entre o "processo de liberalização" de Marcelo e o processo que tem lugar em Espanha de hoje. Caetano estava limitado por uma economia ultrapassada, uma guerra colonial em três frentes e por um aparelho de Estado forte. Em Espanha, para além do processo de descolonização já realizado, o capitalismo deu dois grandes passos em frente nas duas últimas décadas: 1? - As grandes reformas económicas de 1959-63, que permitiram mercados mais livres; um maior fluxo de capital internacional (especialmente americano); uma maior racionalização dos circuitos económicos (nas mãos dos monopolistas); redefinição das relações entre empresas e no interior destas com técnicas de previsão e de planificação mais modernas, contribuindo assim para uma política económica unificada da classe dominante. 2? - A dos grandes projectos de estadualizações (a partir de 1970, com a "nacionalização" de certos bancos e da SAPSA - energia eléctrica e Petróleos. (NOTA 1).

Daqui resultou por um lado o afastamento de certos sectores tradicionais (os vitoriosos de 1933) e por outro lado, uma situação de crise das instituições provocada pelo reforço considerável do papel económico do Estado, sem contrapartida em estruturas políticas adequadas.

Entre os projectos de reconversão "pacífica" do sistema merece realce o defendido por Fraga Iribarne (actual Ministro do Interior e candidato à chefia do Governo) que constitui, não um vulgar projecto centrista, mas sim um plano capitalista de Estado. São de Fraga as seguintes palavras: "... necessidade de conseguir formar um partido socialista forte e unificado capaz de dialogar com o Governo, como representante de um grande sector popular".

Contra a tendência para o reforço do Capitalismo de Estado, opõem-se ainda certos sectores tradicionais, que se tornaram conhecidos por "Bunkers" (que significa fortaleza, ou seja neste caso forças que não permitem o desenvolvimento do capitalismo moderno - NOTA 2), cuja força política e económica lhes advém fundamentalmente:

- de ainda existirem monopólios da banca privada;
- da fraca administração e organização de certas empresas;
- de existirem regiões agrícolas sub-desenvolvidas (Andaluzia e Estremadura);
- à existência de uma organização sindical única, englobando patrões e operários que não conseguem controlar os movimentos operários;
- à deficiente segurança social, falta de escolas estatais, etc;
- à centralização de todo o aparelho de Estado em Madrid.

Mas a tendência para o capitalismo de Estado em Espanha parece inelutável; as infraestruturas económicas já estão criadas, e os aparelhos de contenção social estão em vias de ser institucionalizados. Os diversos conflitos no seio da classe dominante (entre os capitalistas privados e os defensores dos projectos de capitalismo de Estado) resolver-se-ão a seu tempo, consoante as relações de força e a eficácia dos vários projectos.

Mas outro é o combate dos trabalhadores no desenvolvimento das suas organizações autónomas, na criação de instituições próprias que permitam a criação e desenvolvimento das relações de produção comunistas e a luta em todas as frentes contra o modo de produção capitalista qualquer que seja a forma com que se apresenta.

A entrevista que publicámos no nosso último número com a "Telefónica" mostra como os trabalhadores tiveram que ultrapassar as organizações existentes (neste caso as 'Comisiones Obreras') para desenvolverem a sua luta. Em Vitória (Março 76) depois das cinco mortes aí provocadas pela polícia, ficou temporariamente fora do controlo e só com a ajuda das 'Comisiones Obreras' clandestinas é que o Governo conseguiu reassumir esse controlo. Aqui está um exemplo típico de como organizações que se reclamam da classe operária entram a luta revolucionária, pois como é seu costume reduzem a luta a uma simples tomada do poder nas cúpulas dos diversos aparelhos.

Em editoriais anteriores falámos do internacionalismo - slogan apregoado pelos partidos ditos de esquerda, mas que nunca o realizam efectivamente, pois caem sempre na "independência nacional" ou seja, no desenvolvimento do capitalismo de Estado com manutenção de fronteiras. O internacionalismo não é um slogan ocioso quando os trabalhadores da Andaluzia ou do Alentejo se ajudam mutuamente, na luta por interesses comuns, lutam em comum contra o inimigo comum - o capital. As fronteiras são criadas no interesse do capital para melhor controlar o proletariado em cada país, e assim evitar a sua unidade na luta.

Apesar de respeitarmos as diferenças culturais entre os povos da Península Ibérica (Alentejo, Beiras etc, bem como os povos de Euzkadi e Cataluña), consideramos o capitalismo como um sistema internacional, que só pode ser destruído deitando abaixo estas barreiras artificiais entre os vários povos. Enquanto os partidos de esquerda em Espanha consideram a Federação dos partidos políticos como a única saída para a presente crise, nós dizemos que a federação das organizações autónomas dos trabalhadores criadas nas lutas concretas são o único caminho para a sociedade sem exploração.

Só assim os trabalhadores acabarão de vez com o sistema capitalista e edificarão uma nova ordem político-social em que serão eles próprios a gerir tanto o processo de produção como a totalidade da vida social e acabando progressivamente com os especialistas da gestão, alargando os conhecimentos a todos os operários.

NOTA 1 - Já nos anos quarenta Franco impôs uma fortíssima intervenção estatal que se traduziu na política dos Institutos do Trigo, nos grandes bancos mistos estado-capital privado e na criação do Instituto Nacional da Indústria. Estes bancos mistos tinham em vista forçar a reunir o capital acumulado pelos grandes agricultores e investi-lo na indústria, independentemente sua vontade. A título de curiosidade poder-se-á dizer que em 1972, 23,1% da economia era propriedade de Estado.

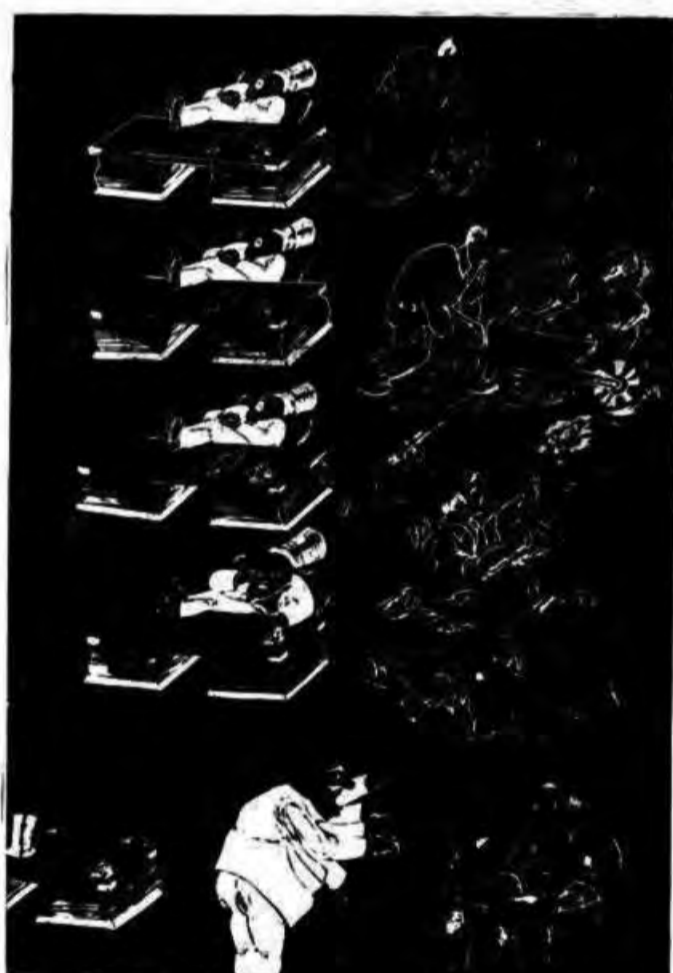
NOTA 2 - Fazem parte dos "Bunkers" certos núcleos políticos dos vitoriosos de 1939, assim como alguns sobreviventes das grandes reformas de 1959-63.

trabalhadores da semprocil recusam a solidariedade ao patronato

(Continuação da p.1)

Essa deslocação fez-se. Chegou-se a uma certa altura em que fomos sacudidos do processo. Nunca mais tivemos informações do que se estava a passar sobre o pedido de empréstimo, inclusivamente ainda nos foram dadas más respostas quando perguntávamos como estava o andamento do empréstimo. Então resolvemos - a Comissão - marcar uma reunião com os principais elementos da contabilidade, que estavam a elaborar esse processo de pedido de empréstimo. Essa reunião foi feita e houve uma atrapalhão entre os representantes - o chefe da contabilidade e um gerente que apareceu no meio da reunião - porque as perguntas dos trabalhadores começaram a ser muitas. Como aquilo que ele estava a dizer não era verdade, ele começou-se a ver envolvido e já não tinha saída. A saída que ele teve foi a chegada do patrão, que começou por atacar os trabalhadores, dizendo inclusivé que punha trabalhadores na rua. Visto o que se passou e não termos ficado esclarecidos da situação em que nos encontrávamos e já havia atrasos no pagamento dos ordenados, nós resolvemos marcar uma reunião no Ministério do Trabalho.

Contudo essa reunião no Ministério do



"A Roda" nº4-Bolêta do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa

Trabalho só foi efectuada depois de um Plenário geral de trabalhadores onde foram aprovados vários pontos, como:

- pedido de peritagem económica à firma;
- eleger uma Comissão de Controlo operário, que foi eleita com quatro elementos, a crescer mais tarde com mais dois elementos - que neste momento continuam a trabalhar.

A reunião no Ministério do Trabalho efectuou-se no dia 13/1 com a gerência. A Comissão propôs logo que fosse feita a tal peritagem e a gerência em princípio começou a negar-se, ou então que a Comissão começasse a fazer o controlo operário dentro da firma, ao que eles disseram que estavam receptivos caso fosse apresentado um projecto de controlo operário, que a comissão fez seguidamente.

COMBATE - Porquê que vocês optaram desde logo por um controlo operário e não pensaram noutras formas, como por exemplo cogestão ou autogestão, por que muitas outras empresas enveredaram?

Trabalhador B - Optámos por um projecto de controlo operário e não por autogestão nem cogestão devido à situação económica da empresa e por dependermos de uma firma francesa com a qual a gerência tem muitos contactos e que nos cortaria os créditos. Se isso acontecesse a firma não podia continuar.

Só um controlo operário sistemático à empresa, poderia garantir a sobrevivência dos trabalhadores. Com cogestão seria a derrocada e iríamos todos para o desemprego, e o mesmo na autogestão.

COMBATE - Mas vocês poderiam recorrer à autogestão com simultânea reconversão da empresa. Porquê que não optaram por esta hipótese?

Trabalhador C - Com o débito em que a empresa se encontrava e se encontra actualmente, isso seria bastante difícil. E ainda também contando nós com as influências pelo menos de um dos patrões, sabíamos que iríamos ser boicotados em todo o serviço. O débito é tão grande que seria necessário um grande empréstimo, que a gente sabia que nem a banca nem o Estado iriam conceder-nos. Foi por isso que optámos por, o que podemos chamar, uma colaboração com o patrão, mas... deixamos que eles estejam lá no poleiro, sendo nós a controlar, porque de outra maneira nós consideramos que é mesmo impossível.

COMBATE - E qual é a posição da vossa entidade patronal, neste momento? Prefere ficar nessa situação em que pouca margem de manobra tem, ou preferiria até, agora, dar-vos a empresa, que está forçada a gerir?

Trabalhador A - Ele já usou várias tentativas: numa delas tentou oferecer-nos a empresa para formarmos uma cooperativa, mas onde continuávamos a depender dele: ele dava-nos o trabalho e nós, era só executarmos esse trabalho.

Isso não nos convém porque o mercado presentemente é controlado por ele. De qualquer das maneiras ele vê todo o interesse em continuar a gerir a empresa, embora debaixo do domínio e do controlo dos operários e ainda, a receber a percentagem do material que vem importado de França.

COMBATE - Na vossa proposta de controlo operário vocês dão alguma regalia ao patrão, pelo facto de ele estar a gerir a empresa? Vocês limitam o que ele pode tirar da firma, ou o que pode utilizar? Quais os lucros que ele pode tirar?

Trabalhador C - Nós, por princípio, não terminávamos nada do que ele poderia obter quanto a lucros, quanto ele poderia levantar, ou mesmo quanto a poder utilizar-se de carros ou outros bens da firma. O nosso objectivo principal era controlar, verificar se o que eles diziam era verdadeiro; se, segundo o que eles apregoavam, aquilo estava tão mau. Era mesmo um contrassenso eles começarem a tirar lucros, ou isto ou aquilo, quando não nos pagavam o mês, os retroactivos, não nos classificavam nas devidas categorias...

Eles ao saberem isto teriam sempre também um pouco de medo de levantar mais para eles, pois sabiam que mais tarde ou mais cedo, a gente vinha a saber e então, como até chegou a acontecer, se havia para um, todos exigiam e eles sentiam-se mesmo encurvados e não faziam por gastar tanto como antes, ou até fazer tantos gastos, pelo menos que a gente pudesse ver.

PRÉAMBULO

proposta de controlo operário

Os trabalhadores da Semprocil ameaçados de desemprego, com os salários em atraso e, informados pela gerência quanto ao futuro económico desta empresa; recusando-se a tomar quaisquer medidas em que se substitua a gerência (autogestão) nas responsabilidades que tem de assegurar por todos os meios a continuação da actividade da Semprocil sem despedimentos e até, com aumento dos postos de trabalho, tão necessários a tantos camaradas desempregados; recusando-se a tornar solidários com a gerência, assumindo compromissos em relação a entidades oficiais ou privadas (cogestão), pois isso os responsabilizaria pela má situação económica e financeira para a qual os trabalhadores nunca contribuiram; sabendo ainda que mesmo exercendo um efectivo Controlo Operário só numa sociedade socialista conseguirão um Controlo Operário total; decidem passar a exercer um Controlo Operário Organizado e sistemático de toda a actividade, tanto de gestão como de produção.

A gerência, considerando que, da sua parte, nunca houve intenção de proferir ou criar qualquer ameaça de desemprego ao dar a imagem da situação vivida pela empresa, considerando porém, que para, objectivamente, se ultrapassarem os factores negativos que estão na base dessa situação no que toca mais imediatamente à salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e à continuação da actividade da empresa será a medida mais apropriada a adopção de um esquema de Controlo Organizado e sistemático de toda a actividade de gestão e de produção por parte dos trabalhadores.

1 - Para tanto os trabalhadores e a gerência acordam em estabelecer um esquema de Controlo Operário da actividade da empresa, nos termos seguintes:

- A gerência não será substituída nas suas atribuições legais e estatutárias pelos representantes dos trabalhadores;
 - Nos termos apontados em a), os representantes dos trabalhadores não assumirão quaisquer responsabilidades inerentes ao exercício da gerência;
- 2 - A acção de controlo é exercida organizadamente por todos os trabalhadores. Para o efeito, estes, elegem uma Comissão, nos seguintes moldes:
- Eleita ou destituída em Plenário de Trabalhadores;
 - Serem operários a maioria dos seus membros;
 - Incluir os Delegados Sindicais da empresa que tenham merecido a confiança dos trabalhadores, expressa por votação em Plenário Geral.
- 3 - Compete à Comissão de Controlo Operário:
- Representar colectivamente os trabalhadores da Semprocil perante a gerência, entidades oficiais ou privadas, nomeadamente Sindicatos e órgãos de representação popular;
 - Exigir que a gerência tome as medidas necessárias para correcção de todas as anomalias detectadas pelos trabalhadores e que haviam sido qualificadas como tal pela gerência, devendo em caso de divergência sobre essa qualificação a decisão ser tomada através da mediação das entidades competentes;
 - Impedir que quaisquer normas internas que digam respeito aos trabalhadores sejam aplicadas sem o prévio acordo da Comissão de Controlo, como também nos casos de sanções disciplinares e transferências internas de serviço, devendo em caso de divergência com a gerência ser assunto submetido a Plenário de Trabalhadores. Mantendo-se a divergência, seguir-se-á o preceituado na parte final da alínea anterior;
 - Exigir austeridade nos gastos e o cumprimento pela gerência das medidas de recuperação que esta venha a adoptar;
 - Recorrer, através dos sindicatos, entidades públicas ou para-públicas, a técnicos da sua confiança que a auxiliem nas tarefas que têm a cargo;
 - Garantir que seja respeitado por todos o sigilo profissional e comercial em relação a entidades patronais e quaisquer outros agentes económicos;
 - Coordenar as suas acções com as Comissões de Trabalhadores das empresas das quais a Semprocil depende economicamente, quando se justifique;
 - Informar regularmente todos os trabalhadores dos resultados do Controlo efectuado e, submeter à sua aprovação as medidas de controlo;
- i) (esta alínea está pendente da peritagem).
- 4 - A gerência obriga-se a:
- Fornecer à Comissão e aos técnicos referidos na alínea e) do nº3, que esta venha a indicar, os elementos que nos termos anteriormente expostos lhe sejam solicitados;
 - Submeter à apreciação dos trabalhadores, directamente ou através da Comissão e com a maior antecedência possível todos os factos que possam vir a criar situações graves;
 - Cumprir as medidas de recuperação que tenham adoptado, bem como acatar as que venham a ser aprovadas pelos trabalhadores, com justificação validamente reconhecida pela gerência, para salvaguarda dos direitos daqueles e da continuidade da empresa, nos moldes em que vier a ser definida.

NOTA - Este regulamento de Controlo Operário foi acordado e aprovado conforme Actas de 5, 11, 23 e 26 de Fevereiro de 1976, assinadas por ambas as partes (C.C.O. e Gerência).

O CONTROLO OPERÁRIO REGULAMENTADO POR ESTE TEXTO ENTRA IMEDIATAMENTE EM VIGOR, POR DECISÃO DO PLENÁRIO GERAL DE TRABALHADORES DE 16.2.76. Lisboa, 16 de Fevereiro de 1976

A COMISSÃO DE CONTROLO OPERÁRIO

Trabalhador A - E isso prova-se porque numa das alturas em que eles não efectuavam os pagamentos dos salários, assim que nós marcamos a primeira reunião no Ministério do Trabalho, no dia seguinte são pagos os ordenados por completo. E sempre que se efectuava uma reunião geral dos trabalhadores eram pagos os ordenados. Eles algum medo têm das reuniões...

COMBATE - Então vocês pensam que a empresa tem possibilidades de subsistir economicamente tal como é, se for melhor gerida?

Vocês acham que podem manter os postos de trabalho, se os lucros do patrão forem controlados?

Trabalhador B - Para já é-nos difícil saber o dinheiro que ele consegue sacar dentro da empresa. Ele e os seus lacaios. Hoje ainda nos é difícil controlar isso, visto que ainda está a decorrer uma peritagem. Dentro da firma não havia contabilidade, não havia nada. Era quase impossível verificar as contas, fazer o balanço da empresa.

Nós pretendíamos, como já foi dito, com o controlo operário, controlar todo o destino de dinheiro e pretendíamos que os tipos não sacassem tanta massa e desaparecesse o perigo de desemprego - isto chegou a acontecer a quatro indivíduos que foram despedidos. Pretendemos agora a seguir a peritagem, exercer um controlo sistemático à contabilidade da empresa, para que os desvios de dinheiro não sejam possíveis como até aqui.

Contra a lei dos patrões
A unidade organizada dos trabalhadores

COMBATE - Vocês estão então ainda muito limitados: podem controlar os gastos do patrão mas não podem ir muito mais longe enquanto não controlarem vocês mesmo o circuito de comercialização.

Alguma vez pensaram entrar em contacto directamente com os trabalhadores das firmas francesas que são vossas fornecedoras? Por outro lado, agora são os amigos do patrão que fazem os pedidos; mas, concerteza que há muitas empresas em Portugal que necessitam desses quadros. Se vocês tiverem contactos directos com os trabalhadores das fábricas que podem ter necessidade do material que vocês fornecem, podem vir a conseguir que esses trabalhadores imponham ao patrão deles a compra do material produzido por vocês. E isto será tanto mais assim, se houver cada vez mais empresas controladas pelos trabalhadores. E também aqui vocês podem ter um papel importante divulgando a vossa proposta de controlo operário.

Parece-me que a forma que têm de alargar os muros que vos limitam agora, é entrarem em contacto directo com outros trabalhadores e tentarem impôr aos patrões a vontade dos trabalhadores.

Que contactos têm feito neste sentido com outros trabalhadores?

Trabalhador A - Quanto ao controlo ele é na verdade muito limitado, porque um controlo só pode ser efectivo a partir do momento em que todos os trabalhadores colaborem nele. Acontece que a nós nos faltam as pedras essenciais: o pessoal da contabilidade; pois nós não temos ninguém de confiança na contabilidade para nos poder dar os dados certos de que nós necessitamos. O sr. Machado, chefe da contabilidade, está do lado do patrão, embora ele vá às reuniões dos trabalhadores e nos diga que não, que está do nosso lado, pois nos não acreditamos. Isso é pura mentira. Temos por outro lado o sr. chefe do pessoal, que também está metido dentro da firma por amizade, pois

ele tinha sido saneado do Hospital de Santa Maria e inclusivamente a partir do momento, em que esse indivíduo entra na firma, é-nos tirada uma regalia e todos os tempos que são perdidos são-nos descontados, para pagar o salário a esse senhor.

Pois quanto a contactos com outras empresas e inclusivé com a França, já foram pensados pela Comissão. Mas aconteceu que o contacto com a França é difícil. É difícil porque necessita da deslocação de elementos, ou pelo menos de um elemento a França. Pois isso não é assim muito simples, porque uma ida a França custa dinheiro, e depois chegamos lá não temos conhecimentos e portanto é mesmo difícil...

Quanto às empresas portuguesas o nosso projecto de controlo prevê, de facto, contacto com outras comissões de trabalhadores, comissões sindicais e intersindicais para todo esse tipo de trabalho, tanto quanto a pagamentos como a pedidos de trabalho que nós possamos fazer. Mas, claro, é também extremamente difícil, porque temos conhecimento de empresas em que havia comissões de trabalhadores e neste momento nem isso existe. A direita avança cada vez mais.

COMBATE - Parece-me que o caminho que tomaram é, em princípio, o mais correcto: sem se empenharem directamente na gestão da empresa, que sabem que tem dificuldades, para já de garantirem os fornecedores e os clientes, mas imprimiram à empresa um controlo cerrado, de modo a poderem controlar todos os gastos do patrão e imporem que não haja despedimentos.

Agora parece-me que para poderem avançar no projecto que iniciaram, para não paralisarem na fase em que estão, até porque estão sempre sujeitos a que a situação melhore para o lado do patrão (nesta sociedade estamos sempre sujeitos a isso), e este comece a ganhar mais força e torne a impôr coisas que já tinha perdido.

Parece-me que o único processo que os trabalhadores têm de fortalecer a sua posição é ligarem-se a outros trabalhadores. Não só unificando o processo dentro da empresa, unindo os trabalhadores todos na luta, empenhando-os no processo em cada momento através da discussão, como desenvolvendo o contacto com outros trabalhadores, tanto a nível nacional - que é um primeiro passo - como internacional. E impondo cada vez mais que a solidariedade com os outros trabalhadores não seja só moral - isso é muito bom em determinados momentos - mas que cada vez mais essa solidariedade seja realizada na prática, através de um processo comum: Todos os trabalhadores através das suas comissões imporem aos patrões aquilo que em comum possam vir a decidir. Os contactos com os trabalhadores de outros países não podem também ser esquecidos - o capitalismo não tem fronteiras, por isso o cerco ao capitalismo só pode ser feito completamente quando as fronteiras deixarem de existir para os trabalhadores. O contacto com os trabalhadores de outros países é muito mais difícil, como este camarada disse ainda agora, pois envolvem deslocamentos que não são fáceis. Mas há que encontrar formas que ultrapassem estes problemas, como por exemplo utilizar algumas pessoas mais privilegiadas que podem fazer essas viagens, e que estejam ao lado da luta dos trabalhadores para começar a desenvolver os primeiros contactos.

Que contactos têm tido com outros trabalhadores? E que apoios têm recebido?

Trabalhador A - Contactos a nível nacional temos tido variadíssimos. Um dos contactos que temos tido ultimamente e que estamos até empenhados são as reuniões da cintura

(Cont. p.6)

Luta na Lourenço Borges

Os trabalhadores da Firma LOURENÇO BORGES, LDA. "Ramo de Instalações Eléctricas, Alta e Baixa Tensão" comunicam a todo o povo trabalhador o fim e a causa da sua luta, luta essa que é de todos os trabalhadores deste País.

Em 26/6/75 após os trabalhadores exigirem da Entidade Patronal aquilo a que tinham direito, o Patrão ameaçou, insultou e tentou agredir alguns elementos mais revoltados não conseguindo os seus objectivos, abandonou a Firma, deixando esta numa situação caótica nomeando o seu filho para representar o seu lugar, continuando este o jogo de seu pai.

Os trabalhadores desta Firma opuseram-se e organizaram-se com a sua Comissão de Trabalhadores, vindo ao de cima todas as manobras do Patronato, tais como Hipotecas de prédios, terrenos, desvio de postos de trabalho encaminhados para outra Firma do mesmo Ramo sendo ele o principal sócio dessa Firma que é a "RIMAC". Após denunciarmos estas manobras recorremos aos Ministérios competentes para solução deste problema, entretanto houve boicotes à nossa luta, por todos os meios.

Vindo o patronato a tirar proveito lançando a confusão e dividindo os trabalhadores e derrubando a Comissão de Trabalhadores.

Nesta data começou novamente a manobrar a firma através de Gerentes por ele

nomeados fazendo estes o seu jogo.

Entretanto, os trabalhadores reorganizaram-se e em Plenário realizado no dia 12.5.76, tomaram novas formas de luta.

Decidindo paralisar a partir do dia 17.5.76, enquanto não forem resolvidos os nossos problemas exigindo à entidade patronal, a responsabilidade e o pagamento de salários atrasados e o 13º mês. A entidade patronal comunicou aos trabalhadores que auxiliava a Firma, com a condição de despedir 17 trabalhadores.

Caso não aceitássemos a sua proposta não se responsabilizava pela sobrevivência da Firma, tentando negociá-la dizendo que a abandonava, mas os trabalhadores teriam de acarretar com as dívidas sendo estas bastante elevadas, e algumas da sua conta particular.

Mais informamos que apesar do impasse conseguimos uma reunião a nível de Ministérios no dia 24.5.76 onde estarão presentes os delegados sindicais, representantes dos Sindicatos da Construção Civil, Empregados de Escritórios e Electricistas do Sul, assim como os respectivos advogados.

UNIDOS VENCEREMOS!

VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

A LUTA CONTINUA!

PARA QUANDO O APOIO DO GOVERNO AOS TRABALHADORES?

Lisboa 21/5/76

SEMPROCIL (Continuação p.5)

industrial da Amadora. Temos o apoio da maior parte das empresas existentes na zona da Amadora e inclusive nós apoiamos e estamos com a luta de todos essestrabalhadores da zona.

COMBATE - Têm dado algum apoio a outras empresas em luta? Quer dando apoio físico, como pode acontecer quando há confrontações com o patrão ou com a polícia (caso recente na Sanimar), quer até ajuda financeira, que é a mais difícil... não só a empresas industriais, mas também cooperativas agrícolas, por exemplo?

Trabalhador B - Temos dado muito pouco apoio a outras empresas, porque dentro da nossa empresa, e isto acontece até em muitas outras empresas, preocupamo-nos muito com a nossa luta, quer dizer, está fechada dentro da empresa e ela não passa dali. Pois neste momento, nós começamos a alargar a luta para fora da empresa. Precisamente por isso é que nós fomos junto das reuniões da cintura industrial da Amadora, para contarmos os nossos problemas e ouvirmos os problemas dos outros e apoiarmos-nos uns aos outros.

Ajudas financeiras temos feito algumas através da venda de autocolantes em que colaboramos. Quanto a donativos, isso é que não, até porque somos poucos.

COMBATE - Como é a actividade da empresa actualmente?

Trabalhador B - A actividade da empresa limita-se à venda de materiais e construção de quadros eléctricos de automatismos industriais.

COMBATE - Podem explicar um pouco melhor a actividade da empresa? Que fornecedores e que clientes têm?

carta de um emigrante

Cont. Pág. 2

Eles se permutam. A classe trabalhadora também tem de se unir, independentemente das suas profissões e suas filiações, ou não, dos partidos políticos que simpatizem ou militem. Deveria haver um só partido do trabalhador, mas como este já não é possível com tantos que já existem, pelo menos que se unificassem, para todos poderem vencer!...

Ben, após estas opiniões pessoais, gostaria de contribuir com \$10,00 para a continuação do seu jornal, pelo que junto envio um cheque em seu nome, esperando que acuse a sua recepção (para ver se chegou às suas mãos e outras razões, como deve compreender) do amigo (abro este parentesis apenas para dizer o motivo porque não disse camarada, embora esse nome me soe exacto, perfeito e correcto, mas é só e unicamente porque não estou habituado a usá-lo, saí no regime fascista e aqui não o usamos, porque

triais. Os fornecedores são franceses na sua grande maioria e nacionais. Todos os fornecedores são de material eléctrico. **Trabalhador C** - O material que nós importamos de França, em exclusivo eléctrico, serve para nós fazermos os tais quadros, para os automatismos. Em menor escala começamos a comprar os materiais existentes no mercado nacional, principalmente numa altura em que começamos a não poder fazer o levantamento dos materiais de França, embora muitos deles também importados, mas que são mais caros porque usam mais intermediários, o que vai agravar o preço dos nossos quadros, e deixa-nos menores margens de lucro e menores possibilidades de concorrer com outras firmas, que podem fazer o mesmo trabalho que nós.

Quanto aos clientes: eles são quase sempre os mesmos. Podemos dizer que a actividade está explorada porque dependemos muito de outras firmas. Funcionamos quase podemos dizer como sub-empregados. Os empregados pedem-nos para fazermos um orçamento para determinado quadro e nós teremos que contar sempre com os amigos do patrão: para fulano de tal tem que se fazer um preço porreiro, porque senão ele já nem aceita a nossa proposta; mesmo as amizades já são tão grandes que eles já não pedem a outros. Portanto o patrão, em grande parte, revê os orçamentos: um trabalhador pode fazer um orçamento, mas ele faz um orçamento final. Se o trabalhador diz que é vinte, se ele se lembrar de dizer que é quinze, ficam mesmo quinze, ou se é vinte e cinco, ficam mesmo vinte e cinco. Tudo depende das amizades. Os clientes são sempre os mesmos, e os fornecedores também. Nesse aspecto não avançamos nada. Também não nos deram grandes hipóteses e a coisa começou por morrer à nascença.

não o podemos usar, a não ser quando lemos estes jornais que nos dão esperança, ou então, mesmo no meio destes partidos, ainda classificados de clandestinos ou doutros que a Constituição dos Estados Unidos não podem fazer desaparecer, mas como eu não pertença a nenhum deles, embora as minhas ideias sejam seguras, não estou acostumado a usar aquela expressão, mas que me soa tão bem! e, então, me resta apenas dizer que estou ao seu inteiro dispor se quiser me escrever e, até lá, um abraço, com as minhas saudações de esperança pela unificação de todos nós.

A.
N. - Aproveito para juntar uma cópia de conclusões que são o reflexo dos meus 42 anos de vida e 16 de emigrante, intercalados com o que me foi dado observar aí e aqui, o qual foi feito em Outubro, do qual poderá aproveitar algumas partes de interesse para o jornal de que necessitamos por isso, envio também uma parte do jornal do MES, o Poder Popular, cujas páginas centrais, que assinalei, vem também ao encontro da fortificação desse nosso poder popular.

Barcouço Pequenos Agricultores Empenhados na Colectivização

Publicamos hoje a última parte de uma entrevista publicada na sua maior parte no no nosso último número com trabalhadores da Cooperativa de Produção Agro-Pecuária COBAR, situada no Barcouço (aldeia entre Coimbra e a vila da Mealhada). A cooperativa formou-se a partir da união de pequenos agricultores.

Combate conversou com três sócios produtores da COBAR. Também falámos com um estudante que colabora no incentivo e reforço da organização dos camponeses, trabalhando na secção sócio-cultural da cooperativa. É a conversa com este estudante sobre a actividade cultural que vamos agora publicar.

COMBATE - Estás a colaborar com a cooperativa, mas não és produtor. Qual é a tua função?

Elemento D - Fui integrado na secção sócio-cultural. Praticamente ainda não tivemos reuniões, ainda não definimos qual o nosso papel dentro da cooperativa. Mas entendo que essa secção não deve só procurar nos fins-de-semana, essencialmente distrair as pessoas através de sessões culturais para animar o pessoal e, para além disso, ter também funções muito específicas no que se refere à questão de assistência médica e social. Isto é o caso das reformas para as pessoas, subsídios, etc. Acho que isso é o principal papel desta secção.

COMBATE - Que tipo de pessoas é que formam esse grupo?

Elemento D - Estão pessoas ligadas à produção. O meu pai está na direcção e é o coordenador, isto é, faz a ligação entre a secção e a direcção. E eu fui convidado para entrar na secção e dou todo o apoio possível dentro das minhas possibilidades.

COMBATE - Aqui no Barcouço há uma série de malta que estuda em Coimbra. Qual é o papel dessa malta no apoio, no incentivo à cooperativa?

Elemento D - Há outro indivíduo que está integrado nesta secção e o resto do pessoal não está a dar um apoio activo à cooperativa. Penso que se tem de criar condições para que esses indivíduos apoiem a cooperativa dentro das possibilidades que eles têm, porque como eles estudam podem dar uma rica ajuda à cooperativa.

COMBATE - Que tarefas concretas até hoje é que já realizaram de carácter cultural?

Elemento D - Foi uma sessão de canto livre e coral.

"CANTOS ANARQUISTAS DA REVOLUÇÃO ESPANHOLA"

O Centro Documentazione Anarchica de Turin (Itália) gravou em cassette uma série de cantos anarquistas da revolução espanhola cantados pela Chorale Durruti na língua original.

As cassettes gravadas, que custam 1.500 Liras Italianas (pouco mais que cinquenta escudos), podem ser enviadas à cobrança ou enviando um vale postal internacional para a direcção:

Barbieri Claudio - c/o Centro Documentazione Anarchica - via Ravenna 3 - 10152 TORINO - Itália.

rastafari e camponeses contra a opressão e exploração

Lamentavelmente, no último número, no artigo "Rastafari e camponeses contra a opressão e exploração", dizíamos, na p.6 que Roy Jenkins era o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico. Ora sucede que Jenkins é, precisamente ao contrário, ministro do Interior (Home Secretary). O ministro dos Negócios Estrangeiros é Anthony Crosland. É, pois, a ele que todos os protestos devem ser enviados.

Aproveitamos para dar alguns esclarecimentos quanto à origem da palavra "Rastafari", nome do movimento religioso mencionado no artigo, e que permitirá compreender melhor a inspiração religiosa que o anima.

Ras Tafari Makonnen era um nobre etíope ("Ras" significa príncipe), que se proclamou rei da Abissínia em Novembro de 1928, subindo ao trono de facto só algum tempo depois sob o nome - por que se tornou conhecido - de Haile Selassie. Haile modernizou o país, que em 1923 passou a pertencer à Liga das Nações (versão da ONU antes da segunda guerra mundial) e estreitou a partir de então os seus laços com os imperialismos ocidentais. O regime fascista italiano conquistou a Etiópia em 1935-1936 e Haile (ou Ras Tafari) teve de fugir, só regressando em 1941, quando conseguiu reconquistar o trono com o apoio britânico. Embora a modernização do país tivesse desenvolvido algumas indústrias e, portanto, criando um proletariado urbano, bem como um movimento estudantil activo e radical, não conseguiu destruir os

privilégios dos grandes senhores agrários e o país conhecia ainda, em certas regiões, o sistema escravagista. Há poucos anos um grupo de oficiais radicais derrubou o regime e impôs um governo militar dito "progressista", procurando fomentar uma industrialização baseada numa concentração económica de tipo capitalista de Estado. Para isso procederam a uma reforma agrária que suscitou, e suscita, a oposição armada dos senhores da terra e dos seus bandos. O regime é também contestado por separatistas nacionalistas, especialmente na Eritreia, bem como pelo proletariado urbano e pelos estudantes radicais. As manifestações proletárias e estudantis no último primeiro de Maio em Adis Adebba (a capital) suscitaram uma forte repressão policial, aliás noticiada em Portugal pela rádio e pelos jornais. Ras Tafari Makonnen, ou Haile Selassie, morreu no ano passado, pouco depois do descalabro do seu regime imperial, deposto do trono e sob residência vigiada. Era quase centenário.

A religião imperial etíope era um dos ramos da religião cristã e os ideólogos oficiais filiavam a dinastia nos amores da rainha de Sabá com o rei Salomão (ver a Bíblia para os detalhes, porque nós temos medo da lei anti-pornográfica...)

Isto mostra como um movimento social radical pode, pelo menos dentro de certos limites, ser iluminado por uma ideologia religiosa que em si é bastante reaccionária.

renfe militarizada

(Continuação p.8)

Com estas ameaças, próprias de um ditador, intimida os operários que manda chamar. Como não temos possibilidades de nos defender, não temos outro remédio senão "amouçar" e produzir ao ritmo exigido para evitar novas prisões.

A Direcção informou o capitão que o pessoal tinha decidido, antes da militarização governativa, não realizar horas extraordinárias, na sua plataforma reivindicativa. Então este militar voltou à carga enviando cartas a uns 60 trabalhadores nas quais se dizia que por necessidade de serviço deviam realizar quatro horas extraordinárias por dia, até nova ordem, às quais se juntam as oito horas ordinárias.

Vários trabalhadores negaram-se a acusar recepção destas cartas registadas, e o capitão passou-lhes convocatórias. Disse-lhes que se não o faziam e não se punham imediatamente a fazê-las, então: "... não teria outro remédio senão prendê-los e encarcerá-los, não lhes restando outra alternativa que submeterem-se, pois caso contrário sereis postos à disposição do Tribunal Militar com as consequentes condenações, de seis a doze anos de prisão, por um motivo como este; que não vale a pena correr o risco, de ser acusado de SEDIÇÃO E DESOBEDIÊNCIA às autoridades militares."

A Direcção da RENFE, como não podia encontrar qualquer espécie de solução legal, viu realizados os seus desejos com a militarização, mediante o emprego da força, foi-lhe possível obter o volume produtivo desejado; isto sim, abusando da miséria dos trabalhadores, que realizam com desgosto esta produção abusiva, que nem sequer conseguiram satisfação das suas reivindicações. Tudo o que se referia a condições

de trabalho foi anulado com a militarização.

Os trabalhadores têm mantido uma moral extraordinária; enquanto isso, esparamos que os militares saiam daqui, para voltar a atacar com as nossas reivindicações que mantemos de pé. Não pararemos enquanto não conseguirmos satisfação das reivindicações feitas antes da militarização, evidentemente justas já que a RENFE concede os salários mais baixos de toda a Espanha. Vou dar um exemplo que serve para se fazer uma idéia disso: eu tenho 34 anos de serviço (antiguidade na RENFE) e o meu salário é de 10.800 pesetas por mês, e tenho a mais elevada categoria profissional. É certo que para o melhorar um pouco, dispomos de bonus e de prémios, que não estão incluídos nos salários, e que portanto não contam para a reforma. Unicamente conta a parte proporcional do salário próprio da categoria.

Também desejo que se passe estas informações onde se ache que tenha um certo eco, e em especial aos companheiros ferroviários de França, que trabalham na SNCF, para que tenham um maior contacto conosco, com os ferroviários de Espanha, quando retomarmos esta luta, quando haja terminado a militarização, e que vos unais a nós para obter uma maior força frente ao sistema deste Estado, que nada mudou do sistema franquista anterior à monarquia de Juan Carlos.

Esquecia-me de dizer que nos deram um avanço de 3.200 pesetas, enquanto se está a negociar o "contrato colectivo" da RENFE. Isto prova que temos toda a razão, e que têm medo que isto nos conduza à greve.

Madrid, 1 de Março de 1976.

apoio ao combate

CAMARADA:

A sobrevivência económica de um jornal como o COMBATE não é fácil. Ele apoia-se somente nos trabalhadores, não tendo por trás qualquer órgão político ou partidário.

Temos dificuldades cada vez maiores, à medida que os nossos encargos aumentam: agora que mudámos ainda à pouco de distribuidora comercial e que dela ainda não recebemos dinheiro nenhum, e que fazemos provisoriamente o jornal numa tipografia em que temos de pagar a pronto no acto de entrega.

Pensámos, e chagámos mesmo a anunciar no COMBATE nº39, fazer o jornal a stencil: mas os inconvenientes disso são grandes e temos andado a evitar tal hipótese. Com jornal a stencil não poderíamos distribuí-lo comercialmente, nem fazer uma grande tiragem, por ser muito maior o trabalho de execução prática do jornal. Abaixo indicamos as contas com o nosso último número, onde se pode ver que a principal receita vem directamente dos poucos colaboradores que nele trabalham. A campanha de assinaturas do mês de Maio traduziu-se só em 20 novas assinaturas e algumas renovações, correspondentes a 2.844\$00.

Para conseguirmos manter o COMBATE tal como ele está, precisamos do apoio material de todos aqueles que acham importante a sua continuação.

PODES APOIAR-NOS:

- Ajudando a difusão do jornal, no teu local de trabalho, ou na tua região, se ele não for aí distribuído comercialmente. Para isso escreve-nos e diz-nos quantos exemplares te podemos enviar pelo correio.
- Fazendo-te assinante ou fazendo assinantes os teus camaradas e amigos.
- Fazendo actividades paralelas que possam contribuir para o apoio do COMBATE.

PARA TODOS OS CONTACTOS:

- RUA DA ATALAIA, 204-206 LISBOA - 2 (no Bairro Alto) ..
- TELEPHONE: 371733 (das 14.30-20 horas todos os dias, incluindo os sábados)
- RUA DO BREINER, 50 PORTO.

COMBATE Nº41

	DESPESAS	RECEITAS
TIPOGRAFIA	7.100\$00	
Expedição para os assinantes	435\$70	
Contribuição dos colaboradores		4.350\$00
Fitas de máquina	240\$00	
Assinaturas		1.490\$00
Vendas		1.936\$50
TOTAL	7.775\$70	7.776\$50
DÍVIDA À COOPERATIVA OPERÁRIA CONFUSÃO		28.000\$00

QUERO ASSINAR O COMBATE DESDE O MÊS ...

1 ano (26 números) 96\$00
6 meses (13 números) 48\$00
Apoio (anual) 120\$00 mínimo
Europa (anual) 212\$00 por avião
USA (anual) 264\$00 por avião
Angola (anual) 216\$00 por avião

QUERO VENDER ... EXEMPLARES DO COMBATE

quanto envio\$...

(Tudo em moedas e valores devem ser enviados em nome do director)

que toda a gente saiba como é a democracia em Espanha

Um trabalhador das oficinas dos caminhos de ferro espanhóis - RENFE - em Madrid enviou duas cartas ao jornal francês Liberation que as publicou respectivamente a 24 de Fevereiro e 1 de Abril de 1976. Por nos parecer um documento de extra-

ordinária importância para a compreensão da situação política espanhola, publicamos a seguir essas duas cartas. Nelas se relata a luta dos ferroviários espanhóis e a brutal repressão com que o Estado respondeu a essa luta.



Operário fotografado num hospital de Barcelona depois de torturado pelos polícias de Badalona, por ter feito parte de um piquete de greve)

1ª carta - A militarização dos operários da RENFE

Por causa dos salários de miséria que recebe um empregado ferroviário em Espanha e perante a carestia de vida que vai aumentando dia a dia, desde há muito tempo tínhamos apresentado as nossas reivindicações à empresa, para elaborar na RENFE um "contrato colectivo", já que é a única empresa do Estado em que não existe. Não é que pessoalmente este "contrato colectivo" me entusiasme, mas trata-se de uma plataforma que nos permitirá efectuar as nossas reivindicações com uma margem de legitimidade.

Perante a recusa da empresa e tendo-se já esgotado todos os recursos legais (apesar dos nossos recursos económicos diminuírem devido à subida brutal do custo de vida), decidimos por maioria que tinha chegado a hora de iniciar a luta na maior parte das secções, com paragem do trabalho de 1 a 4 horas de duração. Estávamos a 14 de Janeiro de 1976. A partir do dia seguinte esta paragem estende-se a todas as oficinas ferroviárias de Madrid e a grande parte dos despachos da RENFE.

No dia 16 de Janeiro alcança já a província e foi mais intensamente seguida em Madrid, chegando-se à greve de serviços tão importantes como o das belheteiras e o dos postos de controlo e de informação.

A 17 de Janeiro, todos os serviços estavam em greve, salvo o pessoal do serviço de comboios, que tinha decidido unir-se a nós na segunda-feira, dia 19 de Janeiro. O objectivo comum era o aumento de salários e outras reivindicações de carácter social referentes à segurança e à higiene.

A tudo isto, e apesar da amplitude que tomava o conflito, a empresa nada respondia, e na segunda-feira, dia 19, decidiu-se a militarização de todo o pessoal da RENFE. A partir de então as nossas aspirações mudaram totalmente. O que se passou foi tão vergonhoso e desprezível que eu queria que o que vou contar seja ouvido por todos os organismos possíveis, a imprensa, os sindicatos e que chegue a todos os ferroviários franceses, a fim de que quem possa fazer sentir o seu repúdio e protesto a este Governo, para que a opinião popular esteja informada do verdadeiro carácter da "democracia" de Espanha.

Apesar de tudo, apesar de todas as ameaças, reunimo-nos em Assembleia a meio da tarde para decidir a nossa posição face a estes acontecimentos. No decurso desta Assembleia, decidimos por unanimidade não trabalhar nem a ritmo elevado nem a ritmo



É trabalhadora numa fábrica de papel onde foi presa a 21 de Abril

baixo, mas sim a um ritmo normal (o que a seu tempo a RENFE tinha definido no contrato de trabalho). Assim, a RENFE via-se afogada com este ritmo de trabalho, as máquinas ficavam prontas com atraso já que nós já não fazíamos horas extraordinárias.

O Exército, junto da direcção da empresa, não tardou a responder. Pretendiam obrigar o pessoal a trabalhar debaixo de ameaça, a um ritmo superior ao normal. Coisa injusta com toda a evidência; não existe nenhuma lei nesse sentido. Actualmente, proibem-nos os ajuntamentos de mais de três empregados da RENFE, e de permanecer no bar mais tempo do que o necessário para tomar um café. Não podemos ausentar-nos do trabalho. Não podemos estar doentes sem a permissão dum médico militar. Não podemos ausentar-nos de Madrid mais de três dias seguidos sem um aviso prévio.

Operários ou militares?

A 19 de Janeiro, dia em que fomos militarizados, apareceram na oficina RENFE de Villaverde Bajo (a oficina central de reparações) quatro jeeps do exército e dois da polícia (Guardia Civil). Reuniram todo o pessoal (cerca de mil pessoas). Um Comandante do Exército, acompanhado por um Capitão e muitos soldados armados com metralhadoras, dirigiu-se a nós, para nos "informar" de que estávamos militarizados e que dependíamos dele. Continuando, leu-nos uma Circular que referia todos os delitos em que podíamos incorrer no caso de não obedecer.

Pouco depois, acrescentou: E agora gritem comigo, soldados: Viva a Espanha! A resposta foi um silêncio total, e que ele não gostou muito, e muito menos ainda quando um operário lhe pediu licença para lhe fazer uma pergunta, para saber: Como são agora pagos os operários, como operários ou como soldados? A reacção do Comandante foi exactamente a de um ditador: Prendam essa pessoa! Imediatamente, esta ordem foi invalidada graças à intervenção da gente.

Foi-nos enviado a cada um, um extrato do Código Militar, que nos proíbe desde o direito de reunião até ao de poder expressar as nossas opiniões de forma colectiva ou em grupo, e indica as penas militares a que estamos expostos.

A "democracia" espanhola

Na Assembleia que realizámos e da qual já falei anteriormente, decidimos que ninguém presidiria à mesa durante os debates. Falávamos entre nós, e cada um falava em voz alta, mas sem se colocar em frente dos outros.

Entretanto, os militares foram informados pelos bufos e prenderam um operário dos que haviam tomado a palavra (nem mais nem menos que os demais, como qualquer outro participante que falou na reunião). E vimos nisso uma provocação, coisa que comprovámos, para ver se o pessoal se lançava em defesa deste companheiro. Efectivamente, fizeram-no percorrer todos os locais, escoltado por quatro guardas civís e por quatro soldados, cada patrulha com um Capitão à cabeça. Fizeram-no duas vezes. Sabíamos que tinham uma lista com os nomes de vinte operários que queriam comprometer.

Alguns operários ao ver tal injustiça que faziam ao companheiro, e cheios de ódio, tentaram atirar-se sobre a patrulha

lhas, mas graças a outros mais reflectidos, que os aguentaram, foi evitada uma verdadeira catástrofe. O "passeiozinho" do detido prosseguiu e levaram-no. E durante três dias, não podemos saber nada dele. Isto foi um verdadeiro sequestro: nem sequer os seus advogados puderam saber o sítio em que estava detido durante estes três dias. Finalmente, soubemos que estava preso numa cela militar na prisão de Carabanchel. No momento em que escrevo estas linhas, está ainda preso sem que haja nenhum mandato oficial que justifique esta prisão. Está detido desde o dia 20 de Janeiro. Não se sabe quando sairá. A repressão na Oficina (penso que é igual em todas as outras) são amostras de fascismo autêntico.

Eu desejaria em nome de todos os ferroviários de Espanha, que os nossos companheiros ferroviários de França e todos os organismos assim como a opinião pública, saibam o que é na realidade a "democracia" espanhola.

2ª carta - A RENFE militarizada

Recebi a carta a o recorte do "Liberation" do dia 24/2/76, e fiquei muito contente por se ter publicado a minha carta, pois creio que com ela se terão feito algumas revelações sobre muitas coisas que permanecem desconhecidas da opinião pública de França.

Desde a minha última carta, ocorreram alguns factos muito próprios de uma ditadura, aos quais já estamos acostumados. Não sei se já tinha falado das disposições que os militares, aconselhados pela direcção, estão prontos a instaurar.

Como já disse, o ritmo de trabalho que autoriza o Instituto Nacional da Indústria aprovado e posto em prática pela direcção da RENFE, é de 100%. Mas esta Direcção, protegida pelo terror e pela repressão dos militares, incitou-os a intervir para que trabalhemos a maior ritmo ainda. O Capitão Don José Jorge Asensi é executor destas disposições, chamou os operários e ameaçou-os de os meter na prisão de Carabanchel no caso do ritmo de trabalho não alcançar os 120%, empregando este tipo de linguagem: "... isto não se resolverá enquanto não encostar a minha pistola no peito de um gajo" (!) e "... existem ainda celas vazias em Carabanchel, a mim não me custa nada enchê-las..."

(Cont. pag.7)